

RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO E CONCLUSÕES DE AUDITORIA

Ex.^{mos} Accionistas

Ex.^{mo} Conselho de Administração da

Proruris – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EEM.

Ex.^{mos} Senhores:

Introdução

1. O presente relatório é emitido nos termos dos deveres de acompanhamento, vigilância e fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais, na Lei 52-F/2006 e, ainda, na Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto e, também, da alínea a) do n.º 1 do art.º 52º do Decreto-Lei nº. 487/99, de 16 de Novembro, conjugado com o aditamento introduzido pelo Decreto-lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro.

Âmbito

2. Procedemos à revisão legal das contas dessa Empresa relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, de acordo com as Normas Técnicas e das Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efectuado emitimos a respectiva certificação legal das contas com data de 12 de Abril de 2013, a qual inclui uma ênfase.

Trabalhos Realizados

De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:

- Acompanhamento dos aspectos essenciais da gestão da empresa, tendo para o efeito solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários, quer com o responsável administrativo e financeiro e simultaneamente técnico oficial de contas e, em algumas situações, com a Administração, com quem fizemos reuniões periódicas para analisar o desempenho e determinados procedimentos relacionados com o controlo interno e com a evolução das operações.
 - Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela empresa, tendo neste particular sido feitos testes à valorização dos inventários, designadamente para efeitos de apuramento do custo das existências vendidas e matérias consumidas e, consequentemente, do inventário final. Verificámos ainda a adequabilidade da sua divulgação no Anexo.
 - Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, o respectivo Anexo, Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa, com as normas constantes no Sistema de Normalização Contabilística.
 - Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
 - Análise do sistema de controlo interno existente na empresa, com especial incidência nas áreas de compras, recepção, contas a pagar, vendas, expedição e contas a receber, tendo sido efectuados os testes de conformidade apropriados.
 - Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efectuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados nas circunstâncias em função da materialidade dos valores envolvidos.
- 2.1- Análise e teste aos saldos bancários apresentados pela empresa;
- 2.2- Confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores, outros devedores e credores, advogado, seguradora) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela empresa, tendo sido utilizados procedimentos alternativos nos casos em que não foi possível obter resposta;

- 2.3- Testámos as operações de inventariação aos inventários, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução, testes das contagens efectuadas e da respectiva valorização, cálculo e compilação;
- 2.4- Inspeção documental dos principais elementos do activo fixo tangível, confirmação directa da titularidade dos bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens e, bem assim, a consistência da política de depreciações;
- 2.5- Análise e teste dos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, deferimento e acréscimo;
- 2.6- Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de activos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- 2.7- Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos em que intervém a sociedade;
- 2.8- Análise das operações e saldos com as sociedades e outras entidades onde existem interesses relacionados;
- 2.9- Apreciação da política de seguros, de investimentos e do pessoal, incluindo a actualização dos capitais seguros.

Informações Adicionais

Em consequência do trabalho efectuado, e para além das considerações feitas na certificação legal de contas datada de 12 de Abril de 2013, entendemos dever relatar o seguinte:

Definição da Materialidade

O nosso trabalho foi planeado com base na avaliação de um risco de controlo médio, ponderadas as diferentes áreas de análise e com diferentes riscos de controlo o que para um risco de auditoria baixo nos levou a definir uma materialidade global para os erros e omissões de € 5.400,00 e uma materialidade de execução de 80% do valor desta.

Fernando Peixinho & José Lima

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Dados 2011	Valor €	%	Maior Risco	%	Menor Risco
Balanço					
Activo Líquido	184.620,39 €	2,00%	3.692,41 €	5,00%	9.231,02 €
Capital Proprio	86.620,49 €	2,00%	1.732,41 €	5,00%	4.331,02 €
Total			5.424,82 €		13.562,04 €
Média			2.712,41 €		6.781,02 €
Resultados					
Volume de negócios	213.051,90 €	2,00%	4.261,04 €	5,00%	10.652,60 €
Result. antes imposto	17.250,80 €	5,00%	862,54 €	10,00%	1.725,08 €
Total			5.123,58 €		12.377,68 €
Média			2.561,79 €		6.188,84 €
Materialidade					
			2.637,10 €		6.484,93 €

1. Meios Financeiros Líquidos

1.1 Caixa

Em relação à conta caixa efectuamos a sua validação através de procedimentos alternativos de auditoria (não foi feita a inspeção física a 31 de Dezembro de 2012), o que nos permitiu concluir, através da análise das folhas de caixa que o "caixa" serve apenas para fazer face a pequenas despesas urgentes e inadiáveis. Esta rubrica apresenta, a 31 de Dezembro, um saldo de € 727,34.

1.2 Depósitos à Ordem

Relativamente à conta 12 – Depósitos à ordem, procedemos à circularização da única instituição bancária (B.P.I.) com quem a empresa teve operações activas e da qual obtivemos resposta. Além disso, procedemos à análise de conformidade das reconciliações bancárias preparadas pela entidade e às respetivas verificações substantivas, o que nos permitiu concluir que as todas as contas bancárias conferem com a resposta do banco, como podemos verificar no quadro que se segue:

Quadro dos Depósitos à Ordem

Conta de Razão Nº	Conta Bancária Nº	Banco Dependência	Recepção	Saldo Extracto Banco	Itens de Reconciliação						Diferença	Saldo pelo Razão em 31-12-12
					Empresa			Banco				
					Depósitos e transferências em trânsito	Cheques em trânsito	Débito não lançado no Banco	Crédito não lançado no Banco	Débito não lançado na Contabil.	Crédito não lançado na Contabil.		
120201		BPI	11-Fev	0,00 €						0,00 €	0,00 €	
120202	227001002	BPI	11-Fev	550,88 €						0,00 €	550,88 €	
120203	227001003	BPI	11-Fev	134,91 €						0,00 €	134,91 €	

2. Contas a Receber e a Pagar

2.1 Clientes

Em relação aos clientes procedemos à circularização de saldos relativamente a 6 (seis) entidades que representam 81% do saldo global da rubrica "clientes".

Das 6 entidades circularizadas obtivemos 1 (uma) resposta, a qual foi conciliada.

Relativamente às entidades das quais não obtivemos resposta, verificamos, através de procedimentos alternativos de auditoria a evidência necessária para a formação da nossa opinião.

Quadro dos clientes circularizados

Nº Conta	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
211110001	OPP VINHAIS	1.598,22 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
211110004	INST. EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	1.779,19 €	0,00 €	1.779,19 €	2	CONCILIADO
211110005	CAP - CONF. DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	3.174,62 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
211110006	ANCSUB	0,40 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
211110019	CORANE	17.088,55 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU

2.2 Fornecedores

Em relação aos fornecedores procedemos à circularização de saldos relativamente a 16 entidades e obtivemos 2 respostas. Das respostas obtidas verificamos a conferência de todas as entidades. Em relação as entidades das quais não obtivemos resposta, verificámos através de procedimentos alternativos de auditoria a evidência necessária para a formação da nossa opinião.

Quadro dos fornecedores circularizados

Nº Conta	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
221110014	ESCRITACOR LDA	-35,97 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221110021	TRANSLIMPA	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221110026	LABOR. CONTROLO QUALIDADE ALIMENTAR	356,70 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221110033	PAULO PÉSSOA DE CARVALHO, SOC. UNIP	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221110039	MANUEL F. IGREJAS	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221110040	MARIO ANTONIO ROMANO	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221110042	FRANCISCO JOSE SANTAREM DIZ	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221110047	AGROGESTAO LDA	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221110052	MACMEL LDA	1.222,62 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221110061	MONERIS TRAS-OS-MONTES SA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
221110062	DRAP NORTE	901,23 €	901,23 €	0,00 €	1	CONFERE
221110079	ANARTE	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221110083	VALDEMAR JOSE DA SILVA RODRIGUES	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221110089	GUSTAVO MANUEL QUINTELA PAIXAO	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221110020	AUTO ALMIRO SOC. UNIP.	1.163,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221110020	CENTRO ELECTROTECNICO - CARLOS A. GOMES	1.377,60 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU

Verificámos a existência de fornecedores com saldo devedor que, no seu conjunto, totalizam o montante de € 619,19, como evidencia o quadro que se segue:

Nº Conta	Nome	Saldo
221110001	TIPOGRAFIA ARTEGRAFICA	98,01 €
221110006	INFOVINHAIS	5,00 €
221110014	ESCRITACOR	35,97 €
221110084	PT COMUNICAÇÕES	111,21 €
221110090	PUBLIPRESS	369,00 €
Total		619,19 €

2.3 Estado

Relativamente à conta “24 – Estado e Outros Entes Públicos”, procedemos à verificação do cumprimento das obrigações legais, fiscais e contabilísticas em relação aos diferentes tributos e, bem assim, à conformidade dos registos contabilísticos.

Da análise efectuada, consideramos relevante referir o seguinte:

- IRS – Trabalho Independente, apresenta uma divergência de € 0,21 entre o valor processado e o pago da guia do mês de Maio;
- Segurança Social, regista uma divergência no montante de € 334,60 entre os valores processados/balancete (€ 3.633,52) e o valor da guia do mês de Dezembro (€ 3.968,13).

2.4 Financiamentos Obtidos

Relativamente a esta rubrica, procedemos à circularização de saldos da única instituição bancária (BPI) com quem a empresa tem operações passivas e da qual obtivemos a respectiva resposta. A 31 de Dezembro, esta rubrica apresenta um saldo no valor de € 64.424,24 referente a um descoberto bancário.

Quadro Financiamentos Obtidos

Nº Conta	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
2512102	BPI	64.424,24 €	64.424,24 €	0,00 €	1	CONFERE

2.5 Outras Contas a Receber e a Pagar

2.5.1. Outros Devedores e Credores

Em relação aos “outros devedores e credores” procedemos à circularização de saldos relativamente a 3 entidades, das quais não obtivemos resposta e que procurámos a obtenção da evidência substantiva através de procedimentos alternativos de auditoria, por forma a obter a

evidência considerada necessária nas circunstâncias podermos formar a nossa opinião. Chamamos a atenção para o facto do saldo das entidades OPP e ANCSUB transitarem, quase na sua totalidade, desde 2011.

Quadro das entidades circularizadas

Nº Conta	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
2789111002	OPP	30.867,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
2789111003	ANCSUB	40.077,19 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
2789111004	CAP - CONF. AGRICULTORES DE PORTUGAL	6.359,81 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU

De salientar que, os saldos expressos nas entidades acima são referentes a subsídios que se destinam a compensar gastos incorridos com formações.

2.5.2. Devedores e Credores por Acréscimos

Esta rubrica está desagregada da seguinte forma:

Descrição	Saldo
272 - Devedores e Credores por Acréscimos	19.844,77
2721 - Devedores por Acréscimos de Rendimentos	48.157,81
272109 - Outros	48.157,81
2722 - Credores por Acréscimos de Gastos	-28.313,04
2723 - Remunerações a Liquidar	-28.313,04

Da análise efectuada não detetamos qualquer situação susceptível de anotação, à exceção das remunerações a liquidar que apresenta uma divergência no montante de, aproximadamente, € 1.240,01 face ao valor por nós calculado (estimado).

2.6 Diferimentos

Relativamente à rubrica 28 – Diferimentos, verificámos que o saldo apresentado, no valor global de € 1.439,27, é referente à especialização dos seguros.

3. Investimentos

Como se pode verificar, de forma detalhada, no quadro seguinte, esta rubrica registou um aumento no valor global de € 6.130,95 referente à aquisição de uma viatura em estado de uso e a outros ativos fixos tangíveis.

Quadro das variações de Investimento

Conta do Razão		Saldo	Movimentos		Saldo Razão
Nº	Descrição	31-12-2011	Aumentos	Diminuições	31-12-2012
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	4.990,34 €	0,00 €	59,50 €	4.930,84 €
412	Investimentos Financeiros noutras Empresas	4.990,34 €		59,50 €	4.930,84 €
					0,00 €
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	61.859,33 €	6.130,95 €	0,00 €	67.990,28 €
432	Edifícios e O.Construções	4.071,17 €			4.071,17 €
434	Equipamento de Transporte	25.721,53 €	5.010,95 €		30.732,48 €
435	Equipamentos Administrativos	31.683,63 €			31.683,63 €
437	Outros Activos Tangíveis	383,00 €	1.120,00 €		1.503,00 €
438	DEPRECIACÕES ACUMULADAS	24.410,11 €	5.619,84 €	0,00 €	30.029,95 €
4382	Edifícios e O.Construções	182,56 €	40,71 €		223,27 €
4384	Equipamento de Transporte	13.600,96 €	3.319,58 €		16.920,54 €
4385	Equipamentos Administrativos	10.443,15 €	2.200,00 €		12.643,15 €
4387	Outros Activos Tangíveis	183,54 €	59,55 €		243,09 €

Relativamente aos investimentos financeiros verificámos as variações ocorridas na rubrica, nomeadamente a diminuição da participação que a empresa detém na Enercastro que corresponde a 70% do capital social. A diminuição verificada deveu-se à aplicação do método de equivalência patrimonial, ou seja, neste exercício foi ajustado o valor da participação em função do Resultado Líquido de 2012 obtido pela Enercastro (- € 85,00).

4. Capital, Reservas e Resultados Transitados

No que respeita à rubrica "capital", este ascende ao valor de € 50.000,00 e é detido na sua totalidade pela Câmara Municipal de Vinhais.

As variações ocorridas nesta rubrica geral são referentes à aplicação do resultado do exercício de 2011, o qual ascendeu a € 14.631,09 e que teve a seguinte aplicação: € 13.899,53 são imputados à rubrica 56 – "resultados transitados" e € 731,56 vão para "reservas legais", nos termos da lei comercial.

Verificámos, ainda, que o saldo de € 6.876,80 registado, no exercício de 2009, na rubrica "571 – Ajustamentos de transição" é referente à aplicação do método de equivalência patrimonial na participação detida na sociedade "Enercastro".

5. Gastos e Rendimentos

Em relação aos gastos foram realizados testes a várias rubricas, de forma aleatória, para verificar da veracidade e da necessidade dos custos registados para a obtenção dos rendimentos ou ganhos.

Quadro Gastos/Rendimentos 2011/2012

Rendimentos e Gastos	PERÍODOS		Desvio €	Desvio %
	2012	2011		
Vendas e serviços prestados	349.488,97	213.051,90	136.437,07	64,04%
Subsídios à exploração	150.000,00	273.431,89	-123.431,89	-45,14%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		-59,50		-100,00%
Variação dos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
Fornecimentos e serviços externos	-280.940,07	-269.828,27	-11.111,80	4,12%
Gastos com o pessoal	-203.784,26	-192.357,62	-11.426,64	5,94%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)				
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)				
Provisões (aumentos/reduções)				
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)				
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos e ganhos	109,76	566,48	-456,72	-80,62%
Outros gastos e perdas	-2.144,00	-1.460,70	-683,30	46,78%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	12.730,40	23.344,18	-10.613,78	-45,47%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-5.619,84	-5.503,78	-116,06	2,11%
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)				
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	7.110,56	17.840,40	-10.729,84	-60,14%
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00	
Juros e gastos similares suportados	-1.974,43	-589,60	-1.384,83	
Resultado antes de impostos	5.136,13	17.250,80	-12.114,67	-70,23%
Imposto sobre o rendimento do período	-3.060,64	-2.619,71	-440,93	100,00%
Resultado líquido do período	2.075,49	14.631,09	-12.555,60	-85,81%

Da análise ao quadro acima ressaltam os seguintes aspectos:

- Em relação ao exercício de 2011, verificamos que a empresa registou uma diminuição do EBITDA de € 10.613,78 (45,47%), ou seja, no resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos (EBITDA);
- No que se refere ao resultado operacional, verifica-se que a empresa apresenta um resultado operacional inferior ao de 2011 em € 10.729,84;
- Verificou-se uma diminuição do resultado líquido face ao exercício anterior em € 12.555,60 (85,81%);
- Relativamente aos rendimentos, foi nas rubricas de “vendas e prestação de serviços”, com um aumento de € 136.437,07 e de “subsídios à exploração”, com uma diminuição de € 123.431,89 onde se observaram as maiores variações. Tal situação resulta do facto dos subsídios recebidos no âmbito da formação POPH, CAP e PME serem registados como uma prestação de serviços;

- Quanto aos gastos, foram nas rubricas de “fornecimentos e serviços externos” e “gastos com o pessoal” onde se registaram as maiores variações com aumentos de € 11.111,80 e € 11.426,64, respectivamente.

6. Outras Observações

Rececionamos uma declaração emitida pela pelo Presidente do Conselho de Administração a comunicar que a empresa Proruris, EM não possui qualquer ação em Tribunal.

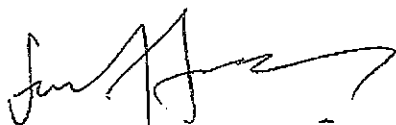
Conclusões

No decorrer do trabalho efectuado não detectámos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, quer em relação às leis aplicáveis, quer em relação ao contrato da sociedade.

Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pelo Conselho de Administração da sociedade “Proruris, Empresa Municipal Desenvolvimento Rural, EEM”, tendo em atenção a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual de Acompanhamento e Conclusões de Auditoria, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações.

Aproveitamos, ainda, a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os serviços da empresa e demais órgãos sociais.

Bragança, 12 de Abril de 2013



Fernando José Peixinho Araújo Rodrigues - (ROC nº 1047)
Em representação da S.R.O.C. Fernando Peixinho & José Lima